

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetaneu Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

“Construir” o Brasil sem auxílio de engenheiro

Com a vertiginosa deterioração da situação financeira do País, volta-se a falar, por todos os lados, num providencial “pacto social” como única forma de sair da entalada. Difícil é imaginar como chegar a este acordo nacional quando se verifica que essa deterioração, fruto da deterioração da situação política, em vez de provocar a união na busca de soluções dentro do “maior partido do Ocidente”, tem produzido o efeito contrário. Isto é, na medida em que vão sendo divulgados os índices que a anarquia financeira que começou a deteriorar a economia, em geral, mais e mais deputados e senadores entram em pânico e, como se buscassem um “salvo” que não implique o abandono do poder, aderem às dezenas de “grupos” que se vão formando dentro do partido reunindo os que querem eximir-se da responsabilidade pelo que está acontecendo em consequência da aplicação do “programa econômico” do PMDB: mais e mais deputados, senadores, governadores e até ministros, todos mais que cientes do que é preciso fazer para começar a debelar esta crise, calam-se quanto ao que interessa e jogam para a “sociedade civil” a responsabilidade de encontrar uma saída para o labirinto em que eles próprios a meteram, ou põem nela a “culpa” por não atacarem o problema que precisa ser atacado. Os leitores certamente se lembrarão de quantas vezes esses senhores afirmaram que a “sociedade civil não deseja ou não permite um recuo ou uma diminuição do papel do Estado como agente econômico que implicaria uma recessão” e outras idiotices desse quilate.

Enquanto isso continuar assim, o único resultado será o aprofundamento das divisões entre os políticos e, conseqüentemente, o aprofundamento da crise econômica.

A verdade que a nossa história recente comprova, no entanto, é bem outra. O que falta para que a “sociedade civil” se una num pacto nacional é aquela “idéia potente” cuja ausência o ministro Leônidas Pires Gonçalves lamentava no início da semana passada, capaz de unir em torno de si a vontade nacional. O que falta é uma proposta séria, que só poderia partir do governo ou do partido no poder, para atacar as causas desta crise e não apenas para temporizar com ela à custa do sacrifício da sociedade civil para que aqueles que a exploram possam continuar “na boa”. Por isso, absolutamente “não polam” mais os velhos e surrados expedientes como o do controle dos preços que foi anunciado na semana passada, e nem, muito menos, os apelos por mais sacrifícios dos assalariados, como os que estão partindo dos governadores dos falidos Estados da Nação. O povo já aprendeu para onde eles levam...

Se esta proposta séria, atacando as verdadeiras causas do problema, propondo os necessários cortes nos gastos do Estado que estão na raiz da nossa doença econômica, o fim dos desperdícios, das “concorrências” obscuras, das obras faraônicas, do empregulismo desentreado, dos escândalos e da impunidade, enfim, fosse apresentada, se o povo brasileiro sentisse que havia algo de diferente daquelas velhas medidas que, para fazer de conta que estão fazendo alguma coisa, os donos do poder tiram periodicamente da sua surrada cartola de mágicos fracassados para garantir que tudo continue igual, numa proposta séria que o governo eventualmente apresentasse, então não seria preciso nenhuma alquimia política para que se formasse um pacto social, um acordo nacional em torno dela, e para que esse povo aceitasse até mais uma cota de sacrifícios. Afinal, não foi nada mais do que isso que aconteceu com o Plano Cruzado quando ele foi lançado e antes que ele fosse deformado pela incompetência e pela desonestidade política. O povo sentiu que, pela primeira vez, se propunha algo diferente daquilo que ele já estava cansado de ver e, espontaneamente, uniu-se em torno da idéia, com o máximo de entusiasmo, aceitando sem queixas até o pequeno achatamento salarial que ele impôs no seu início, apesar de todas as tentativas dos radicais de “denunciá-lo”.

Se uma proposta séria fosse apresentada e apenas ameaçasse efetivar-se então poderíamos dispensar todos os “planejadores” que têm tornado um inferno a vida econômica no Brasil e todos os “construtores de nações”. Então poderíamos dispensar todos os expedientes artificiais para “fomentar o desenvolvimento” e para incentivar os investimentos. Eles viriam espontaneamente, como vieram durante os poucos meses que durou a ilusão do Plano Cruzado. Os números estão aí, para prová-lo. No final da semana passada, quando estava em Brasília propondo medidas para evitar que a crise gusesse tudo a perder, o presidente do Centro de Apoio à Micro, Pequena e Média Empresa (Ceag), Roberto Della Manna, informava que durante o ano de 1986, 332.532 microempresas foram constituídas no Brasil, representando um investimento, totalmente espontâneo e independente da assistência de governos, de mais de 30 bilhões de cruzados (do tempo em que o cruzado ainda valia alguma coisa), e a criação de mais de oito milhões de novos empregos. (Para se ter uma idéia do que significa o peso deste Estado perdulário e incompetente, para dizer o mínimo, para a Nação, basta lembrar que, a dinheiro de hoje, o custo orçado para o trenzinho particular do sr. Sarney (o último trem para Pericumã?) é duas vezes e meia maior do que o investimento em microempresas feito espontaneamente em 86, que criou todos esses empregos...)

Tudo isso aconteceu, com a rapidez com que aconteceu, porque pela primeira vez em muitos anos o povo brasileiro teve a sensação de estabilidade econômica. Porque, pela primeira vez em muitos anos, havia condições sobre as quais se dar o desenvolvimento nacional. Durou pouco, e hoje a maior parte dessas empresas vai sendo esmagada novamente pelo peso da incompetência política deste governo e da conseqüente crise econômica. Somente nos primeiros dez dias de maio, as falências no setor de microempresas, esmagadas pelos juros que o Estado perdulário fabrica concorrendo com o País que funciona no mercado financeiro pelo pouco dinheiro disponível, aumentaram 334%, ultrapassando o número de empresas do setor que, somadas, faliram durante março e abril.

O que se depreende desses fatos e números é muito claro: primeiro, que, para se chegar a um “pacto social”, basta um mínimo de seriedade da parte do governo; segundo, que tirando-se o Estado, e a tremenda confusão que ele provoca no universo econômico brasileiro, do caminho, a população brasileira responde imediatamente e parte para “a construção deste país” sem precisar de nenhum engenheiro que planeje a obra. Apenas pondo em prática as suas próprias idéias e transformando em realidade o seu desejo — inato em todos os homens — de melhorar de vida. Basta que o Estado se transforme — ou seja constrangido a se conformar — com o papel que lhe cabe — que é apenas e tão somente o de criar as condições para o desenvolvimento e não de tentar

encarregar-se sozinho dele — para que a criatividade e a vontade de progredir de cada cidadão brasileiro façam o resto. Essa é uma característica cultural do nosso povo. E isso o governo pode conseguir saindo do caminho e deixando de tentar fazer pelo povo brasileiro o que o povo brasileiro pode fazer por ele próprio melhor do que ninguém.

Essas falências que se amontoam, esses milhões de empregos que estão sendo perdidos, esses sonhos todos de independência que estão sendo enterrados, são apenas as conseqüências da onírica tentativa do sr. Dilson Funaro de fazer, pessoalmente, pelo povo brasileiro o que ele já estava fazendo por si mesmo, usada e instrumentalizada por políticos desonestos.

Esses políticos, na sua proverbial miopia, sempre tendem a trocar duas vezes e meia 332.532 pequenas empresas; duas vezes e meia 332.532 donos dos seus próprios narizes e duas vezes e meia oito milhões de empregos por uma ferroviuzinha entre o nada e coisa nenhuma, ou por outras tantas coisas “imprescindíveis” para preservar a segurança e a soberania nacionais...